

**ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DO SECTOR EDUCATIVO PORTUGUÊS PARA
INTERVIR COM PESSOAS LGBTI (EX)VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
RESULTADOS PRELIMINARES**

*Eixo Temático 35 – Violências Contra Pessoas LGBTI+: Reflexões a partir da
Pesquisa, da Prática Profissional e do Ativismo*

Edgar Sousa ¹
Sofia Neves ²
Mafalda Ferreira ³
Joana Topa ⁴
Cristina Pereira Vieira ⁵
Janete Borges ⁶
Lourenço Silva ⁷
Helena Rocha ⁸
Rodrigo Costa ⁹
Paula Allen ¹⁰

RESUMO

As pessoas LGBTI são um dos grupos mais vulneráveis a sofrerem de violência doméstica. Utilizando uma metodologia qualitativa descritiva, entrevistaram-se 28 profissionais do setor educativo português com o objetivo de descrever e compreender as suas perceções e conhecimentos sobre a capacitação do setor para intervir com pessoas LGBTI e, em particular, com aquelas que são (ex)vítimas de violência doméstica. Os resultados mostram que o setor carece de profissionais com capacitação para trabalhar e/ou intervir com pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica, sendo salientados aspetos como o desconhecimento de protocolos e guidelines de atuação. Assim,

¹ Associação Plano i; Universidad de Almería, edgarsousap@icloud.com;

² Associação Plano i; Universidade da Maia; Centro Interdisciplinar de Estudos de Género da Universidade de Lisboa, asneves@ismai.pt;

³ Associação Plano i; Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, asneves@ismai.pt;

⁴ Universidade da Maia, jtopa@ismai.pt;

⁵ Universidade Aberta; Centro Interdisciplinar de Estudos de Género da Universidade de Lisboa, cvieira@uab.pt;

⁶ Universidade da Maia, jborges@ismai.pt;

⁷ Associação Plano i, lourenxo.ex@gmail.com;

⁸ Associação Plano i, hmachador@gmail.com;

⁹ Associação Plano i, rodrigo.psy.uac@gmail.com;

¹⁰ Associação Plano i, paula.allen.0977@gmail.com.

alerta-se para a necessidade de investimento neste setor, para uma maior e melhor capacitação de quem nele trabalha.

Palavras-chave: LGBTI; sector educativo; violência doméstica.

INTRODUÇÃO

Durante as duas primeiras décadas deste milénio, Portugal reconheceu diversos direitos às pessoas LGBTI¹ e implementou um Plano de Ação no Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais, que integra a Estratégia Nacional da Igualdade e a Não Discriminação². Não obstante a esta evolução legal e histórica, as pessoas LGBTI continuam a ser alvo de discriminação por parte da sociedade nos mais variados contextos das suas vidas, sendo exemplos disso o familiar e o educativo^{3; 4; 5; 6}.

De acordo com os dados do relatório anual do Observatório [Português] da Discriminação contra as pessoas LGBTI+, de 2019, o contexto doméstico (13.66%) é o segundo contexto no qual são perpetradas mais discriminações e/ou violências contra as pessoas LGBTI⁵. Sabe-se também que em 16.29% das situações de discriminação reportadas, a vítima possui ou possuía uma relação de proximidade com a pessoa ou pessoas agressoras, nomeadamente como familiar ou numa (ex)relação de intimidade⁵. Na perspetiva teórica apresentada por Pereira (2020)⁷, o apoio familiar é descrito como um aspeto importante para as pessoas LGBTI, no entanto, de um modo geral, estas crescem num quadro de insulto, isolamento e invisibilidade^{5; 8; 9}, o que as deixa numa constante situação de vulnerabilidade¹⁰ e que revela que o contexto doméstico nem sempre é um espaço seguro para as pessoas LGBTI^{5; 9}.

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a investir na criação de serviços e estruturas de atendimento e de apoio especializado para pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica¹¹. Contudo, também as e os profissionais do sector educativo têm um papel fundamental no que diz respeito à deteção e prevenção de situações de violência, seja tanto a nível familiar, como em (ex)relações de intimidade. Sendo as instituições do sector educativo um dos principais agentes de socialização¹², nas quais as crianças e jovens passam grande parte do seu dia¹³, e tendo um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas, estas devem proporcionar “uma educação sólida em valores que incluam a aprendizagem da paz e da não violência”¹⁴. Assim, é necessário compreender que a perceção e os conhecimentos têm as e os profissionais deste sector sobre a violência doméstica perpetrada contra as pessoas LGBTI¹⁵. Na medida em que os seus conhecimentos e

práticas diárias podem influir na percepção e identificação de situações de violência doméstica e também na prevenção desta. Assim, este estudo tem como objetivo descrever e compreender a percepção e conhecimentos de profissionais do sector educativo português sobre a capacitação do setor para intervir com pessoas LGBTI e, em particular, com aquelas que são (ex)vítimas de violência doméstica.

METODOLOGIA

O presente estudo ocorreu em Portugal, entre fevereiro de 2020 e abril de 2021. Para a sua realização, adotou-se uma metodologia qualitativa descritiva, dado que permite uma melhor descrição e compreensão de acontecimentos sociais concretos e complexos^{16, 17}, como é o caso da violência doméstica perpetrada contra as pessoas LGBTI.

Foram entrevistadas um total de 28 pessoas profissionais do sector educativo. Todas de nacionalidade portuguesa, sendo que 19 identificavam-se como mulheres e 9 como homens e com idades compreendidas entre os 28 e os 64 anos ($M = 44.5$). Relativamente às áreas de formação, 23 são de ciências sociais e humanas, 3 de ciências da educação, 1 de ciências jurídicas e 1 de outra área. Quando questionadas sobre formação específica em questões LGBTI, 15 afirmaram ter formação e 13 afirmaram não tem qualquer tipo de formação específica. Doze trabalhavam na área metropolitana de Lisboa, 11 na zona norte e 5 no centro do país. Por último, 18 admitem trabalhar diretamente com pessoas LGBTI e 10 não.

Devido ao facto de a recolha de dados ter sido realizada durante o período de pandemia COVID-19, as entrevistas individuais, em profundidade e semiestruturadas foram realizadas online, através da plataforma *Zoom*. Antes de iniciar as entrevistas, procedeu-se à recolha dos dados sociodemográficos, explicou-se o protocolo da entrevista e assinou-se o Consentimento Informado, no qual constavam os direitos e deveres tanto das pessoas participantes, como das investigadoras. As entrevistas foram gravadas em português, em formato de áudio, e transcritas na íntegra. Posteriormente, os dados recolhidos foram devidamente transcritos com o apoio do software *NVivo Transcription*, tendo sido revistos a posteriori por toda a equipa de investigação científica¹⁸. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo Temática¹⁹. Todos os preceitos foram respeitados, com o fim de garantir o anonimato, a confidencialidade e resguardar os direitos e o bem-estar de todas as pessoas participantes. Para garantir a proteção dos dados, foram atribuídos códigos às entrevistas realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares deste estudo centraram-se na descrição e compreensão das entrevistas em profundidade realizadas às e aos profissionais do setor educativo, através da análise das transcrições. A partir da análise indutiva dos dados, foi extraído um três temas e oito subtemas, que ajudarão a compreender a perceção e o conhecimento de profissionais do setor educativo sobre o fenómeno da violência doméstica perpetrada contra pessoas LGBTI. O presente estudo focar-se-á na descrição e compreensão do terceiro tema e os seus respetivos subtemas.

Capacitação do setor educativo para intervir com pessoas LGBTI

Este tema centrou-se na descrição e compreensão na perspetiva de profissionais do setor educativo português, sobre a capacitação do setor para trabalhar e/ou intervir com pessoas LGBTI e, em particular, com aquelas que são (ex)vítimas de violência doméstica.

Perceção do conhecimento de protocolos e/ou guidelines no setor educativo

Durante as entrevistas, demonstrou-se que as e os participantes possuem conhecimento sobre a existência de estruturas especializadas de atendimento e de acolhimento para pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica, em Portugal. No entanto, ao questionar sobre a perceção que têm sobre outras e outros profissionais do sector, quanto ao conhecimento que têm sobre protocolos e/ou *guidelines* nacionais e/ou internacionais, para trabalhar e/ou intervir com pessoas LGBTI e, em particular, com aquelas que são (ex)vítimas de violência doméstica, verificou-se que este conhecimento é escasso ou mesmo inexistente no sector educativo.

“Ter esse conhecimento, eu acho que não têm [...], quando eu digo que não têm, falo comunidade escolar, ou seja, professores, assistentes operacionais”. (P11, técnica de animação sociocultural)

“De uma forma consistente eu acho que não. [...] ainda mais que institucionalmente seja exigido, sinto é que as mudanças vão sendo feitas um bocado pela sorte das pessoas que lá estão. Se estiver uma pessoa com mais sensibilidade para estas questões, vai fazendo o que pode, se calhar propondo uma formação, mostrando as *guidelines*”. (P15, investigador e psicólogo clínico)

Perceção da capacitação do setor educativo

Quanto ao segundo subtema, verifica-se que, de acordo com a perceção das e dos participantes, que quem trabalha no sector educativo português, possui pouca formação para trabalhar e/ou intervir com pessoas LGBTI²⁰ e, em particular, com aquelas que são (ex)vítimas de violência doméstica. Os resultados também destacam a falta de adequação do plano curricular ao não incluir estas temáticas²¹ e a falta de meios, que dificultam a atuação deste sector, para melhor trabalhar e/ou intervir sobre este fenómeno social, em concreto nas pessoas LGBTI.

“[...] ainda é uma área bastante problemática, principalmente por docentes que não têm qualquer tipo de formação e continuam com um paradigma muito tradicional, muito estereotipado e muito religioso muitas vezes e o que às vezes também interfere na sua prática docente e na forma como se dirigem a estes jovens LGBTI”. (P4, docente e investigadora)

“Nós tivemos aqui um miúdo trans na escola [...] e criou-se uma história à volta da criança e da mudança, porque tipo foi a novidade e estes professores e professoras nunca tinham ouvido falar em tal coisa”. (P4, docente e investigadora)

“[...] não tenho nenhuma oportunidade de inserir estes temas na formação das minhas alunas, [...] o currículo não contempla, só de forma assim muito pontual é que eu consigo introduzir estes temas”. (P17, docente)

“Acho que está pouco [preparado] [...], acho que temos poucos meios, que [falta] a articulação entre a academia e as universidades, [...] ou as escolas terem gabinetes de apoio a vítimas ou a populações LGBT”. (P3, docente e investigadora)

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2020)¹⁰, alerta para o facto de a violência doméstica assumir especificidades quando dirigida a pessoas LGBTI, como, por exemplo, reações negativas e/ou rejeição familiar que se dá no momento de um jovem realizar um processo de *coming out*, ou seja, revelar à sua família que é LGBTI^{9: 10}, e que pode levar ao isolamento social da vítima por parte das suas famílias^{8: 10}. Outra especificidade mencionada na literatura é o *outing*, uma estratégia de manipulação usada pelos agressores que consiste em revelar ou ameaçar revelar uma

caraterística da identidade sexual da vítima^{8; 10}. Como descrito anteriormente, as instituições do sector educativo têm um papel fundamental na transmissão de educação, aprendizagem e valores às pessoas¹⁴, no entanto, estudos indicam que as trajetórias de vida das pessoas LGBTI são desconhecidas por parte de profissionais deste sector²². Assim, levanta-se a questão se estas pessoas estão preparadas para identificar, intervir e/ou prevenir situações de violência doméstica perpetradas contra pessoas LGBTI? Levando em conta não só a desqualificação do próprio setor educacional, mas também o fato de que as pessoas LGBTI se fazem e são invisibilizadas nesse setor, sendo que quatro em cada cinco escondem sua orientação sexual e/ou identidade de gênero dos profissionais das instituições que frequentam comparecer²⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que Portugal tenha registado uma evolução legal e histórica no que concerne os direitos das pessoas LGBTI, verifica-se que estas continuam a ser alvo de discriminação e de violência, sendo os contextos doméstico e escolar dois dos contextos onde isso ocorre. Estas discriminações e violências acontecem em razão da orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e/ou características sexuais, compreendendo-se que estes espaços, que deveriam ser seguros, inclusivos e de apoio, não o são. Assim é necessário intervir ativamente com todo o setor educativo português, dotando ao pessoal docente e não docente, de conhecimentos, ferramentas e recursos sobre temáticas LGBTI e de violência doméstica.

De modo a erradicar a discriminação e a violência perpetrada contra as pessoas LGBTI e, em particular, contra aquelas que são (ex)vítimas de violência doméstica, é preciso promover a mudança social e, conseqüentemente, uma mudança de paradigma na educação, que deve envolver a capacitação de profissionais do sector educativo português, bem como um (re)conhecimento dos protocolos e *guidelines* nacionais e internacionais. Assim, sugere-se que este sector facilite e promova ações de formação entre profissionais que nele atuam direta e indiretamente, nas quais não devem ser só difundidas práticas inclusivas, que podem ser usadas diariamente no combate a estereótipos e preconceitos, mas também ferramentas úteis que podem ser usadas para identificar, intervir e/ou prevenir situações de violência doméstica perpetradas contra pessoas LGBTI.

REFERÊNCIAS

- ¹ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Over the rainbow? The road to LGBTI inclusion: How does Portugal compare?** Paris. 2020.

- 2 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Diário da República n.º 97/2018, Série
I de 2018-05-21, páginas 2220-2245. 2018. Disponível em:
https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/61-2018-115360036. Acesso em: 09
de junho de 2022.
- 3 EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS. **A long way to go for
LGBTI equality**. Luxembourg. 2020.
- 4 _____. **A long way to go for LGBTI equality: Country data - Portugal**. Luxembourg.
2020.
- 5 ILGA PORTUGAL. **Relatório anual 2019: Discriminação contra pessoas LGBTI+**.
2020.
- 6 EUROPEAN COMISSION. **Eurobarometer on discrimination 2019: The social
acceptance of LGBTI people in the EU**. European Comission. 2019.
- 7 PEREIRA, H. Dinâmicas psicossociais da juventude LGBT após igualdade política global
em Portugal. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 21, n. 3, p. 687-697, 2020.
- 8 MOLEIRO, C. et al. **Violência doméstica: boas práticas no apoio a vítimas LGBT: Guia
de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas**. Lisboa: Comissão
para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2016. ISBN 978-972-597-415-5.
- 9 REDE EX AEQUO. **Relatório do Projeto Educação LGBTI 2019**. Lisboa. 2020.
- 10 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. **Folha informativa: Violência
contra pessoas LGBTI+**. 2020.
- 11 NEVES, A. S. A intervenção profissional junto de vítimas de violência doméstica LGBT.
Psicologia & Sociedade, v. 31, 2019.
- 12 RAMIRO, L.; MATOS, M. G. Percepções de professores portugueses sobre educação
sexual. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008.
- 13 ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS PELA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E
IDENTIDADE DE GÉNERO. **Guia para intervenientes na ação comunitária e na
comunidade escolar sobre orientação sexual e identidade de género**. 2022.
- 14 GONZÁLEZ-PEREZ, J.; POZO, M. J. C. **Educar para a não-violência**. 2ª. Lisboa:
Bookout, 2015. ISBN 978-989-8694-81-2.
- 15 PEREIRA, P. C.; WILLIAMS, L. C. D. A. A concepção de educadores sobre violência
doméstica e desempenho escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 1, p. 139-152,
2008.

- 16 COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática**. 2ª. Edições Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5137-6.
- 17 PARDAL, L.; LOPES, E. S. **Métodos e técnicas de investigação social**. Porto: Areal Editores, 2011. ISBN 978-989-647-254-2.
- 18 OLIVEIRA, M. et al. Thematic content analysis: Is there a difference between the support provided by the MAXQDA® and NVivo® software packages? **Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. 1, p. 72-82, 2015.
- 19 BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- 20 FERNANDES, T.; ALVES, B.; GATO, J. **The FREE Project: Relatório preliminar sobre jovens LGBTQ+ e clima escolar em Portugal**. 2022.
- 21 SALEIRO, S. P. et al. **Estudo Nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2022. ISBN 978-972-597-436-0.
- 22 IT GETS BETTER PORTUGAL. **Come to the rainbow school: Guia para professor@s inclusiv@s**. It Gets Better Portugal, 2020.